



# CONGRESSO NAMIRA

## DESTAQUES DA SEMANA



☎ 61 3321 0242/5349 🌐 FENAJUD.ORG.BR

SCS, Qd. 01, Bc K, Ed Denasa, 9º andar, sala 903 - Brasília-DF

📷 📺 📺 @fenajud



## CONJUNTURA POLÍTICA

Nesta semana, no **Poder Executivo**, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), vinculado ao Ministério de Minas e Energia, discutirá na terça-feira (15) a possível volta do horário de verão. Na sexta-feira (18), o presidente Lula participará de um evento em São Paulo sobre o programa Acredita, que concede crédito a empreendedores. Já o vice-presidente Geraldo Alckmin será entrevistado no programa "Roda Viva" nesta segunda-feira (14), às 22h.

No **Poder Legislativo**, a Câmara dos Deputados terá atividades reduzidas, pois o presidente Arthur Lira (PP/AL) decidiu não convocar sessões até o final do segundo turno das eleições municipais, marcado para o dia 27/10. Na quarta-feira (16), entretanto, ocorrerá o 18º Encontro Nacional de Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas, com a pauta centrada na [PEC 06/2024](#), conhecida como PEC Social.

No Senado Federal, o senador Eduardo Braga (MDB/AM) apresentará na quarta-feira (16), o plano de trabalho da Reforma Tributária, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ainda na CCJ, no mesmo dia, pode ser votado o projeto que garante porte de armas aos agentes socioeducativos - [PL 4256/2019](#). O relator, senador Esperidião Amin (PP/SC), acatou uma emenda que inclui os Oficiais de Justiça no rol de servidores beneficiados.

No **Poder Judiciário**, o Supremo Tribunal Federal (STF) dará continuidade, na segunda-feira (14), às audiências de conciliação sobre o marco temporal para demarcação de terras indígenas. Já na quarta-feira (16), o STF analisará o Plano Pena Justa, uma proposta do governo para aprimorar o sistema carcerário, com foco em melhorias na infraestrutura e na implementação de medidas que visem à prevenção da reincidência, por meio de educação e trabalho.



## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



### CÂMARA DOS DEPUTADOS

**CASP delibera nome de convidado para audiência pública:** a Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) delibera nesta terça-feira (15), às 15h, no Plenário 08, sobre o requerimento [REQ 97/2024](#) de autoria da deputada Adriana Ventura (NOVO/SP), que pede a inclusão de Paulo Ziulkoski, presidente da Confederação Nacional dos Municípios em audiência pública para debater a PEC 66/23.



## SENADO FEDERAL

**CCJ vota projeto que garante ginástica laboral a servidores públicos:** a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vota nesta quarta-feira (16), às 10h, o [PL 3273/2019](#) de autoria do senador Nelsinho Trad (PSD/MS), que institui atividade de ginástica laboral diária para servidores, efetivos ou comissionados, empregados, empregados terceirizados e estagiários no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O [parecer](#) do relator, Carlos Portinho (PL/RJ), é pela aprovação com emenda.



## ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA



## CONGRESSO NACIONAL

**CMO retoma discussão da última reunião deliberativa:** a Comissão Mista de Orçamento (CMO) possivelmente se reunirá nesta terça-feira (15), às 14h30, no local a definir, para dar continuidade a 9ª Reunião Deliberativa Extraordinária suspensa no dia 28/08. A pauta será disponibilizada em momento oportuno. Acompanhe a reunião [aqui](#).



## DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

**CPD quer convocar a ministra dos Direitos Humanos para prestar esclarecimentos:** a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) se reunirá nesta terça-feira (15), às 14h, no Anexo II, Plenário 13, e poderá deliberar o [REQ 50/2024](#), que requer que seja convocada a ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Maria Evaristo dos Santos, a prestar esclarecimentos acerca das ações da pasta e de sua gestão à frente do Ministério, no sentido de garantir os direitos das pessoas com deficiência.

**Atendimento acessível à mulher em situação de violência doméstica:** consta ainda na pauta, o [PL 3728/2024](#), que dispõe sobre o atendimento acessível à mulher em situação de violência doméstica e familiar. O [parecer](#) da relatora, deputada Rosângela Moro (UNIÃO/SP), é pela aprovação.

**CPASF pode votar projetos sobre direitos dos presos e medidas para menores infratores:** a Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância,

Adolescência e Família (CPASF) se reúne nesta quarta-feira (16), às 14h, no Anexo II, Plenário 07. Dentre os itens da pauta, destacam-se o [parecer](#) do deputado Sargento Gonçalves (PL/RN) pela rejeição do [PL 1963/2020](#), que tipifica, como crime de abuso de autoridade, condutas lesivas aos direitos dos presos e estabelece a possibilidade de a visita levar itens essenciais à saúde do preso, ainda quando estiver suspenso ou restrito o direito à visita; o [parecer](#) do deputado Dr. Allan Garcês (PP/MA) pela aprovação do [PL 5992/2023](#), que altera a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, para ampliar prazo máximo de internação provisória e estabelecer a obrigatoriedade de audiência de custódia prévia à liberação do menor apreendido.

**CASP pode votar projeto de lei que regula sobre atendimento em órgãos públicos:** a Comissão de Administração e Serviço Público (CASP) colocou em pauta nesta terça-feira (15), às 15h, o [PL 4400/2019](#), de autoria do deputado Fábio Trad (PSD/MS), que altera o art. 11, da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tornar obrigatório o oferecimento de atendimento no térreo dos edifícios de órgãos públicos, para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. O [parecer](#) do relator, Dep. Ossesio Silva (REPUBLIC-PE), é pela aprovação com substitutivo.



## SENADO FEDERAL

**CCJ vota tramitação jurídica mais rápida a pessoas com transtorno autista:** a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vota nesta quarta-feira (16), às 10h, o [PL 1354/2019](#), de autoria do deputado Célio Studart (PV/CE), que impõe prioridade na tramitação processual em que figure como parte ou interveniente a pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O [parecer](#) da relatora, Mara Gabrielli (PSD/SP), foi pela aprovação com substitutivo.

**CCJ delibera sobre diminuição de pena com auxílio da leitura:** a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vota nesta quarta-feira (16), às 10h, o [PL 4988/2019](#) de autoria do senador Jorge Kajuru (PATRIOTA/GO), que altera a Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena pela leitura. O [parecer](#) do relator, Castellar Neto (PP/MG), é pela aprovação com emenda.



## SEGURANÇA



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

**CCJ vota concessão de porte de armas para agentes de segurança socioeducativos:** a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) vota nesta

quarta-feira (16), às 10h, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, o [PL 4256/2019](#), de autoria do senador Fabiano Contarato (REDE/ES), que altera a Lei 10.826/03, para autorizar o porte de arma aos agentes de segurança socioeducativos, e dá outras providências. O [parecer](#) do relator, senador Esperidião Amin (PP/SC), é favorável ao projeto, com aprovação da Emenda nº 4, que inclui os oficiais de justiça no rol de servidores autorizados a portar armas.



SENADO FEDERAL

**CSP analisa projeto que cria o sistema de proteção à identidade de testemunhas:** a Comissão de Segurança Pública, se reúne na terça-feira (15), às 11h, no Plenário 9, e poderá analisar o [PL 4805/2024](#), que cria o sistema de proteção à identidade daqueles que representarem contra ou forem testemunhas de ato ilícito de interesse público. O [relatório](#) do senador Sérgio Moro (UNIÃO/PR) é pela aprovação com quatro emendas.



## EDUCAÇÃO



SENADO FEDERAL

**CE vota abatimento na dívida do Fies para servidores públicos:** a Comissão de Educação e Cultura (CE) se reúne nesta terça-feira (15), às 10h, na Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, para deliberar os itens da pauta. Entre eles, destaca-se o [parecer](#) da senadora Rosana Martinelli (PL/MT) pela aprovação do [PL 1124/2024](#), que altera a Lei que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências, para prever o abatimento no saldo devedor do FIES para todos os estudantes que exercem suas profissões em serviços públicos.

Fonte: Assessoria Parlamentar da Fenajud - Consillium.